



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**  
**SEGUNDA CÂMARA**

---

<b>Processo nº</b>	13748.000486/2001-83
<b>Recurso nº</b>	152.702 Voluntário
<b>Matéria</b>	IRPF - Ex.: 1998
<b>Acórdão nº</b>	102-48.571
<b>Sessão de</b>	25 de maio de 2007
<b>Recorrente</b>	EDSON BASTOS MAGGIOTTO
<b>Recorrida</b>	1ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ I

---

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF

Ano-calendário: 1997

Ementa: OMISSÃO DE RENDIMENTOS NÃO COMPROVADA - Cumpre ao fisco fazer prova da omissão de rendimentos atribuída ao contribuinte. A DIRPF, declaração de imposto de renda retido na fonte, não é prova cabal dessa omissão, mas um forte indício, que deve ser corroborada com os documentos comprobatórios dos rendimentos pagos .

Recurso provido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os Membros da Segunda Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, DAR provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Leila Maria Scherrer Leitão".

LEILA MARIA SCHERRER LEITÃO

Presidente

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Antonio Jose Praga de Souza".

ANTONIO JOSE PAGA DE SOUZA

Relator

FORMALIZADO EM: 17 OUT 2001

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros: NAURY FRAGOSO TANAKA, LEONARDO HENRIQUE MAGALHÃES DE OLIVEIRA, JOSÉ RAIMUNDO TOSTA SANTOS, SILVANA MANCINI KARAM, MOISÉS GIACOMELLI NUNES DA SILVA e ALEXANDRE ANDRADE LIMA DA FONTE FILHO.



## Relatório

EDSON BASTOS MAGGIOTTO recorre a este Conselho contra a decisão de primeira instância proferida pela 1ª TURMA/DRJ – RIO DE JANEIRO/RJ II, pleiteando sua reforma, com fulcro no artigo 33 do Decreto nº 70.235 de 1972 (PAF).

Trata-se de exigência de IRPF no valor original de R\$ 1.594,00 (inclusos os consectários legais até a data da lavratura do auto de infração).

Em razão de sua pertinência, peço vênia para adotar e transcrever o relatório da decisão recorrida (*verbis*):

*"(...) O crédito tributário é decorrente da revisão da declaração de ajuste anual do interessado relativa ao exercício de 1998, ano-calendário 1997, conforme se verifica à fl. 10 do auto de infração, de modo a caracterizar a infração "Omissão de Rendimentos de Aluguéis ou Royalties Recebidos da Pessoa Jurídica, CNPJ 00.661.261/0001-52, no valor de R\$15.892,32 e IRRF de R\$ 763,80".*

*Inconformado com a exigência, da qual tomou ciência em 06/08/2001, conforme AR de fls. 20, o contribuinte apresentou impugnação em 23/08/2001, alegando, em síntese, que a divergência apurada pela fiscalização decorre do fato dele ter declarado apenas 50% dos rendimentos recebidos do senhor Márcio Miranda Basílio, no valor total de R\$13.577,16. Informa que a outra metade dos rendimentos foi declarada por sua mãe, Sra. Maria Lina Bastos Maggiotto, CPF nº 006.732.967-50. (...)"*

A DRJ proferiu em 28/04/06 o Acórdão nº 12.327, do qual se extrai as seguintes ementas e conclusões do voto condutor (*verbis*):

*"OMISSÃO DE RENDIMENTOS DE ALUGUÉIS OU ROYALTIES RECEBIDOS DE PESSOAS JURÍDICAS. Tendo a Fiscalização apurado que o Contribuinte recebeu e não declarou rendimentos tributáveis de pessoas jurídica, caracteriza o ilícito tributário, e justifica o lançamento de ofício sobre os valores subtraídos ao crivo da tributação.*

### *Lançamento Procedente*

*(...)*

*Do exposto, considerando que se trata de bem em condomínio do contribuinte com sua mãe, Sra. Maria Lina Bastos Maggiotto, CPF nº 006.732.967-50, e apurada a omissão dos rendimentos, é de se incluir 50% dos rendimentos Declaração de cada um deles.*

*O valor informado em DIRF foi de R\$15.892,32, com IRRF de R\$ 763,80. Assim, seria de se incluir a título de rendimentos de aluguel o valor de R\$ 7.946,16 (50%) e IRRF de R\$ 381,90, na forma abaixo:*

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PJ DECLARADOS	R\$21.284,74
RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PJ NÃO DECLARADOS	R\$7.946,16
RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PF DECLARADOS	R\$6.668,64
TOTAL DOS RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS	R\$35.899,54

*O lançamento deveria ficar na forma abaixo:*

*A*

Demonstrativo de apuração do IRPF/1998 - valores em R\$	
RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS	35.899,54
DEDUÇÕES	2.052,51
BASE DE CÁLCULO	33.847,03
IMPOSTO DEVIDO	4.681,76
IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE	2.787,83
CARNÊ LEÃO	381,90
TOTAL DO IMPOSTO PAGO	3.169,73
IMPOSTO A PAGAR	1.512,03

Porém, ocorreu um erro na elaboração do Auto de Infração de fls. 07/11. Conforme consta do FAR de fl. 24, supondo que fosse de se incluir todo o rendimento omitido (R\$15.892,32), os rendimentos recebidos de pessoas jurídicas passariam a R\$ 37.177,06. Mas, na transcrição dos dados para o Auto de Infração, o valor dos rendimentos recebidos de pessoas jurídicas foi informado como sendo de R\$27.177,06 (fl. 09) e o total dos rendimentos tributáveis de R\$33.845,70.

Em que pese o equívoco cometido no lançamento, não há como proceder ao encaminhamento dos autos à autoridade autuante para revisão do lançamento em foco, visto que já se encontra expirado o prazo decadencial para que a Fazenda Nacional possa agravar exigência fiscal relativa ao ano-calendário 1997.

Por todo o exposto, dada a impossibilidade desta Instância Julgadora agravar a exigência consubstanciada no Auto de Infração de fls. 07/11, voto pela procedência do lançamento, mantendo a cobrança de imposto suplementar no valor de R\$ 665,67, multa de ofício (75%) no valor de 499,25 e acréscimos legais nos termos da legislação de regência.”

O recurso voluntário, interposto em 05/07/06 (fls. 53-58), apresenta as seguintes alegações (*verbis*):

“(...) Da não omissão de rendimentos recebidos a título de aluguel:

O ato de lançamento da fiscalização desta Receita, é equivocado, posto que atribui o rendimento decorrente de aluguel do imóvel da rua Visconde da Penha, 145 - Petrópolis, pertencente ao contribuinte, na proporção de 50%, tudo conforme declarado na Declaração de Bens e Direitos, constante da Declaração de Ajuste Anual relativa ao exercício de 1997, do contribuinte ora Recorrente.

Referido imóvel, durante o exercício de 1997, achava-se alugado para o Sr. Márcio Miranda Basílio, CPF nº 616.714.407-49, conforme informado na impugnação, cuja cópia segue em anexo, bem como comprova a Declaração para Fins de Imposto de Renda, ano base 1997, fornecida pela Administradora Goldman Imóveis, em anexo, a qual demonstra mês a mês, os valores recebidos, o imposto retido, e a fonte pagadora, ou seja o locatário do referido imóvel.

Todavia, a douta Fiscalização, em pesquisa realizada junto ao Sistema da receita Federal, apurou que a Creche Algodão Doce, se acha instalada naquele imóvel, o qual consta na Declaração do contribuinte e na de sua mãe Sra. Maria Li na Bastos Maggiotto, CPF nº 006.732.967-50.

Ocorre Senhores julgadores, que dita Creche, somente passou a figurar no contrato de locação de dito imóvel, a partir do exercício de 2000, sendo certo que até aquele exercício, o LOCATÁRIO do imóvel era o Sr. Márcio Miranda Basílio, CPF

AK

nº 616.714.407-49, de quem o contribuinte Recorrente recebia os rendimentos, na proporção de 50%, e devidamente prestou a declaração ao fisco, recolhendo também o imposto sobre a renda, o qual inclusive era retido na fonte.

Ou seja, no exercício de 1997, quem figurava como Locatário do imóvel do contribuinte, era a pessoa física declarada, e não a pessoa jurídica equivocadamente encontrada pela fiscalização, a qual somente passou a ser a Locatária daquele imóvel, em janeiro de 2000, quando então o contribuinte ora Recorrente, e também sua mãe, passaram a declarar o rendimento pago por aquela pessoa jurídica.

Vale aqui ressaltar, como ficou amplamente demonstrado, todos os valores referentes ao recebimento de aluguéis do imóvel sito à rua Visconde da Penha, 145 - Petrópolis, foi devidamente lançado e tributado pelas declarações do contribuinte Recorrente e de sua mãe, não havendo que se falar, nesse exercício de 1997, em recebimento de rendimentos de aluguel deste imóvel, de pessoa jurídica, que somente em 2000, passou a ocupar dito imóvel.

#### DO PEDIDO

Por tais razões, o Recorrente espera e confia que os Ilustres Conselheiros, com o reconhecido senso de justiça e visão pública que lhes são característico, não hesitarão em acolher as razões contidas no presente Recurso, tendo em vista que o ato de lançamento não foi legal, nem tampouco houve por parte do contribuinte Recorrente, qualquer Omissão de Rendimentos, momente de pessoa jurídica, para consequentemente, ser anulada a aplicação da penalidade ao ora Recorrente, auto de infração nº 128/2006, sendo revisto o lançamento pela fiscalização, em conjunto da análise das declarações relativas ao exercício de 1997, dos CPPs aqui apontados, que certamente elucidará o equívoco."

Ato contínuo, a unidade da Receita Federal responsável pelo preparo do processo, efetuou o encaminhamento dos autos a este Conselho para apreciação do recurso.

É o Relatório.



## Voto

Conselheiro ANTONIO JOSE PRAGA DE SOUZA, Relator

O presente recurso voluntário reúne os pressupostos de admissibilidade previstos na legislação que rege o processo administrativo fiscal e deve, portanto, ser conhecido por esta Câmara.

Conforme relatado o crédito tributário exigido, refere-se a omissão de rendimentos de aluguel.

Na DIRF foi informado que o aluguel foi pago por pessoa jurídica. O contribuinte afirma que em 1997 o imóvel estava alugado a uma pessoa física, consoante documento de fl. 59, Marcio Miranda Basílio, cujo rendimento foi declarado a esse título em 50%. Aduz que passou a alugar para a pessoa jurídica apenas posteriormente.

Formei convencimento da veracidade da alegação do contribuinte, e, principalmente da insuficiência de prova da fiscalização, que lavrou o auto de infração tão somente com base na DIRF (Declaração do Imposto de Renda na Fonte) apresentada pela pessoa jurídica CNPJ 00.671.261/0001-52, Creche Algodão Doce.

Diante da negativa do contribuinte que recebeu alugueis da empresa em 1997, a fiscalização deveria diligenciar junto a pretendida fonte pagadora visando obter os recibos ou comprovação da efetividade do pagamento.

### Conclusão

Voto no sentido de DAR provimento ao recurso.

Sala das Sessões– DF, em 25 de maio de 2007

  
ANTONIO JOSE PRAGA DE SOUZA